

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir.

- 51 O patrimônio público é representado pelo conjunto de direitos e bens — tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou utilizados pelas entidades do setor público — e pelo passivo — representado pelas origens de recursos cuja liquidação se dará com a saída de benefícios econômicos.
- 52 É um objetivo da contabilidade aplicada ao setor público fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e de suas mudanças com fins de apoio ao processo de tomada de decisões.

Com base nas disposições legais sobre o orçamento público e as classificações orçamentárias, julgue os itens que se seguem.

- 53 Caso o prefeito de um município decida realizar a alienação de bens da prefeitura para solucionar a falta de verba para pagamento da folha de pessoal, ele terá amparo legal, visto que essa operação é permitida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 54 Sob a ótica econômica, as receitas estão divididas em receitas correntes e de capital, abrangendo estas últimas as operações de crédito, a alienação de bens, a amortização de empréstimos, as transferências de capital e outras receitas de capital.
- 55 A lei orçamentária anual é composta dos orçamentos: fiscal, seguridade social e investimento das estatais.
- 56 A lei de diretrizes orçamentárias promove orientações fundamentais na elaboração da proposta orçamentária, visto que é nesse dispositivo legal que estão previstos os limites de gastos de cada poder.

No que se refere à execução financeira e orçamentária, bem como aos estágios das despesas e receitas públicas, julgue os itens seguintes.

- 57 As alterações em índices oficiais de preços interferem no cálculo da previsão de receita orçamentária.
- 58 O empenho deve ser classificado como uma das duas possibilidades: o ordinário, no qual o valor exato da despesa é conhecido, ou por estimativa, em que não se pode determinar previamente o montante preciso da despesa.

Considerando que a execução orçamentária pode ser processada mediante a descentralização, julgue os itens subsequentes, relativos às formas de descentralização financeira e de créditos orçamentários.

- 59 Caso o Ministério da Educação promova a descentralização por meio de destaque orçamentário ao transferir para o Ministério da Saúde créditos orçamentários destinados à liquidação de despesas do Hospital Universitário de Brasília (HUB), essa operação estará correta sob o ponto de vista da auditoria.
- 60 Nos casos em que a descentralização dos recursos financeiros aconteça entre órgãos de mesma estrutura administrativa — por exemplo, ambos no âmbito do Ministério da Educação —, essa movimentação interna configura um repasse de recursos.
- 61 Os requisitos operacionais obrigatórios ao parecer de descentralização orçamentária são os seguintes: o objeto do gasto, o valor solicitado, a apresentação da unidade gestora descentralizadora do crédito e da unidade gestora recebedora do crédito.

Acerca do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue os itens subsequentes.

- 62 Para utilizar o SIAFI, os usuários são habilitados formalmente por meio do cadastramento de uma senha que lhes permite acesso ao sistema não somente para total abrangência nas consultas, mas também para inclusão de dados.
- 63 A nota de empenho, documento que permite o registro do comprometimento de despesa no SIAFI, é necessária para os casos em que se faça o reforço ou a anulação desse compromisso.
- 64 Conta relativa a Garantias e Responsabilidades, cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio, deve ser classificada no subsistema patrimonial.

Com relação aos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

- 65 O princípio orçamentário da não afetação veda a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem ressalvas de repartição do produto da arrecadação.

Em uma auditoria, avalia-se se determinado objeto está em conformidade com os preceitos desenvolvidos pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). A respeito da execução do processo da auditoria, segundo as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), julgue os itens a seguir.

- 66 Atende aos preceitos delineados pela INTOSAI a evidência de auditoria obtida por meio de entrevista.
- 67 O auditor público pode utilizar a revisão analítica para confirmar se os procedimentos operacionais e os controles internos permanentes foram aplicados corretamente pelo ente auditado e até mesmo com extensão suficiente para validar os critérios definidos pelo controle administrativo.
- 68 O exame documental deve ser orientado para validar o conteúdo do processo de auditoria planejado, visto que não é indicado para confirmar se o método de auditoria governamental escolhido é o mais adequado e se está sendo aplicado corretamente.
- 69 A observação é a técnica de auditoria que se efetiva por meio da visitação e por registrar em papéis de trabalho, o resultado dos testes de conformidade aos quais foi submetido o ente auditado.
- 70 Na análise do saldo de uma conta do balanço patrimonial, sem prejuízo da revisão analítica pura, o auditor deve considerar a conferência da exatidão aritmética de documentos que tenha suportado o lançamento contábil, bem como, em geral, dirigir os principais testes para detectar a presença de superavaliação das contas devedoras e a subavaliação das contas credoras.
- 71 Para ter valor como evidência de auditoria, a inspeção física pode ser realizada por videoconferência, desde que o auditor registre nos papéis de trabalho que as características ou condições físicas do objeto foram obtidas interativamente.

Segundo a INTOSAI, as auditorias do setor público contribuem para a boa governança e, por conseguinte, para o aperfeiçoamento da administração pública. Com relação a auditorias e governança no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 72 O componente monitoramento, por propiciar disciplina e estrutura, minimizando os riscos e assegurando que os controles internos funcionem como o previsto, está posicionado estrategicamente na base do cubo tridimensional proposto pelo COSO ERM (COSO II), com o propósito de suportar todos os outros componentes do sistema.
- 73 O objetivo da auditoria operacional é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento de procedimentos para evitar possíveis fragilidades.
- 74 As auditorias financeiras são sempre trabalhos de certificação, uma vez que o auditor deve considerar o risco e a materialidade ao selecionar o objeto e os critérios a serem adotados no exame a ser realizado.
- 75 A função da governança, no setor público, visa garantir que os produtos ofertados e serviços disponibilizados estejam alinhados com o interesse dos cidadãos e usuários desses produtos e serviços.

Relativamente às normas internacionais para o exercício profissional da auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 76 O auditor deve aplicar o conceito de julgamento profissional em todas as fases do processo da auditoria.
- 77 A integridade exige que os auditores mantenham normas irretocáveis de conduta profissional, ajustem-se tanto à forma quanto ao espírito das normas de auditoria e de ética e evitem tomar decisões contrárias aos interesses públicos.
- 78 O auditor, ao conferir a regularidade da execução do objeto examinado, deve manter atitude profissional alerta e questionadora quando deparar com não conformidades formais dos processos e emitir opinião adversa sobre a exatidão da documentação obtida.

Com referência à atividade sistematizada de auditoria e à fiscalização preconcebida nas formas vigentes, julgue os itens subsequentes.

- 79 O instrumento conhecido por levantamento é utilizado para avaliar a viabilidade de realização de inspeção, desde que seja confirmada a existência de riscos que justifique a realização de trabalhos de fiscalização diretamente na sede do ente público.
- 80 O instrumento denominado acompanhamento é utilizado para examinar ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a tomada e prestação de contas; logo, pressupõe a existência de plano de auditoria para legitimar essa avaliação mais ampla.
- 81 A inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado para esclarecer dúvidas, suprir omissões e lacunas de informações; no entanto, quando o foco for apuração de denúncias, exige-se plano de fiscalização complementar ao plano de auditoria para legitimar os trabalhos dos auditores responsáveis pelo exame de regularidade dos atos e fatos delatados.

No que se refere ao planejamento de auditoria e suas etapas, julgue os próximos itens.

- 82 O risco inerente deve ser avaliado desconsiderando-se a existência de controles na instituição; por sua vez, o risco de controle é avaliado quanto à vulnerabilidade do sistema de controles internos. O risco de detecção, diferentemente, relaciona-se ao fato de o auditor não descobrir eventuais erros ou irregularidades relevantes por não estarem inclusos na pauta do trabalho realizado.
- 83 Caso um auditor tenha registrado em seu relatório de acompanhamento de inventário de bens que a entidade auditada não atendia aos preceitos vigentes por apresentar lacunas no campo representativo da identificação física do bem (etiqueta patrimonial), o achado de auditoria seria resultante do teste de observância aplicado.
- 84 Quanto maior a materialidade do objeto auditado, o risco de auditoria e o grau de sensibilidade do auditado a determinado assunto, maior será a necessidade de evidências mais robustas.
- 85 Para confirmar a recomendação de auditoria com a matriz de planejamento, o auditor deve registrar nos papéis de trabalho, a percepção da possibilidade de ocorrência de erros ou irregularidades relevantes, além de detalhar todos os outros passos e procedimentos necessários à execução do processo de auditoria.

Paulo foi aprovado em concurso para analista, que exigia nível superior. Nomeado e empossado, Paulo passou a desempenhar suas funções com aparência de legalidade. Posteriormente, constatou-se que Paulo jamais havia colado grau em instituição de ensino superior, detendo, como titulação máxima, o ensino médio.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 86 Evidenciada a ausência de um dos requisitos para a investidura, Paulo deve ser demitido do cargo público em que fora empossado.
- 87 Paulo desempenhou suas funções com excesso de poder.
- 88 Os atos administrativos praticados por Paulo, embora tenham vícios, podem ser considerados válidos quanto aos efeitos que atinjam terceiros de boa-fé, em atendimento ao princípio da segurança jurídica.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 89 O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública está restrito aos servidores públicos.
- 90 Decorrente do poder hierárquico, a avocação, por um órgão, de competência não exclusiva atribuída a outro órgão que lhe seja subordinado é excepcional e exige motivos relevantes e devidamente justificados.
- 91 O exercício do poder de polícia é delegável a pessoas jurídicas de direito privado.
- 92 No Brasil, apenas excepcionalmente se admite ato normativo primário no exercício do poder regulamentar da administração pública.

No que concerne ao regime jurídico-administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 93** A proteção da confiança, desdobramento do princípio da segurança jurídica, impede a administração de adotar posturas manifestadamente contraditórias, ou seja, externando posicionamento em determinado sentido, para, em seguida, ignorá-lo, frustrando a expectativa dos cidadãos de boa-fé.
- 94** O princípio da segurança jurídica não se sobrepõe ao da legalidade, devendo os atos administrativos praticados em violação à lei, em todo caso, ser anulados, a qualquer tempo.
- 95** A motivação do ato administrativo deve ser contemporânea à decisão e emanar da autoridade responsável pela decisão administrativa.
- 96** A presunção de legitimidade ou de veracidade de determinado ato administrativo produz a inversão do ônus da prova, ou seja, a atuação da administração é presumidamente fundada em fatos verdadeiros e em observância à lei, até prova em contrário.

Considerando que tenha sido apurada a prática, em tese, de ato ilícito por Marcos, contra quem foi ajuizada ação penal e aberto procedimento administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

- 97** Mesmo absolvido no processo administrativo disciplinar, a superveniente condenação de Marcos no processo criminal acarretará a perda de seu cargo público, independentemente da natureza da infração.
- 98** A sentença penal absolutória que conclui que o fato imputado a Marcos não configura crime repercutirá, necessariamente, no processo administrativo disciplinar contra ele instaurado para, igualmente, absolvê-lo.

A respeito do controle da administração pública, julgue os próximos itens.

- 99** É incabível a ação popular em modalidade preventiva, exigindo-se, para seu cabimento, lesão efetivamente já ocorrida.
- 100** No mandado de segurança impetrado em razão de omissão do poder público, a autoridade coatora deve ser aquela competente para rever ou corrigir o ato que deveria ter sido praticado.
- 101** O particular tem legitimidade para figurar como sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, isolada e independentemente da participação de agentes públicos.
- 102** A aplicação de sanções pela prática de ato de improbidade administrativa prescinde da ocorrência de dano ao patrimônio público.

No que diz respeito ao controle da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 103** As autarquias territoriais não detêm autonomia política.
- 104** Todas as entidades da administração pública indireta submetem-se, em alguma medida, a controle estatal, interno e externo.
- 105** Tanto na empresa pública, quanto na sociedade de economia mista, há derrogação apenas parcial do regime de direito público pelo regime de direito privado.

Em relação aos princípios fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 106** O estabelecimento da educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família é uma norma constitucional programática, que exige, do poder público, a consecução do programa de atuação planejado pelo constituinte.
- 107** Embora os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo sejam autônomos, eles apresentam dependência técnica e política entre si, uma vez que, pelo sistema de freios e contrapesos, cada poder tem a prerrogativa de controlar o outro.
- 108** Enquanto a norma constitucional de eficácia contida requer normatização legislativa ordinária para impor limites ao exercício do direito, a norma constitucional de eficácia limitada requer a normatização legislativa ordinária para tornar viável o pleno exercício do direito.

No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 109** Com base nos direitos fundamentais à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, o STF recentemente adotou posicionamento, em que entende ser necessária a autorização prévia da pessoa biografada para a publicação de obra sobre sua vida.
- 110** A ilimitabilidade é uma característica dos direitos fundamentais consagrados na CF, pois esses são absolutos e, diante de casos concretos, devem ser interpretados com base na regra da máxima observância dos direitos envolvidos.
- 111** Nos processos judiciais, são assegurados aos litigantes os direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, diante do princípio da autotutela administrativa, essa garantia é inaplicável aos processos administrativos.
- 112** O rol de direitos e garantias apresentados no título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” da CF não é exaustivo, pois existem dispositivos normativos, em diferentes títulos e capítulos do texto constitucional, que também tratam de direitos e garantias fundamentais.

Julgue os itens subsecutivos, acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, dos direitos sociais, dos direitos de nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos políticos.

- 113** O cidadão condenado por improbidade administrativa deve ser privado definitivamente de seus direitos políticos, com a perda da cidadania política.
- 114** A ação popular — pertencente à categoria dos direitos políticos do cidadão — é um remédio constitucional que se manifesta como exercício da soberania popular e como instrumento da democracia direta.
- 115** Embora não esteja previsto expressamente na CF, o princípio da proibição do retrocesso social significa que, uma vez regulamentado dispositivo constitucional de índole social, o legislador não pode retroceder, revogando ou prejudicando o direito já reconhecido.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 116 O constituinte brasileiro proibiu que a União delegasse aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre matérias de sua competência privativa.
 - 117 A União tem competência para intervir nos estados e no Distrito Federal, mas em nenhuma hipótese poderá intervir em municípios localizados em estados-membros.
 - 118 O Brasil adota a forma de Estado unitário puro, em que as competências estatais são exercidas de maneira centralizada pela unidade que concentra o poder político.
-

No que se refere à administração pública e às disposições gerais dos servidores públicos e do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

- 119 A contratação feita por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público é forma de admissão de pessoal que tem vínculo funcional com a administração pública de caráter jurídico administrativo.
 - 120 Embora não tenha autorizado a edição de decreto autônomo de forma ampla e genérica, o constituinte previu, em casos taxados na CF, a possibilidade de serem editados decretos como atos normativos primários, independentemente de lei.
-

Espaço livre
